

PARAÍBA: “HEROICA DESDE DOS PRIMÓRDIOS”¹**Margarida Maria Dias de OLIVEIRA***

Resumo: O presente artigo objetiva discutir como – por meio da construção de uma narrativa histórica para a Paraíba, pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, entre os anos de 1905 e 1909 – este Instituto estrutura uma cronologia para esse Estado e também uma concepção de que deve vir a ser preservado, considerado patrimônio material, sobretudo arquivístico.

Palavras-chave: História da Paraíba. Institutos Históricos. Patrimônio.

PARAIBA "HEROIC FROM THE BEGINNING"

Abstract: This article discusses how, through the construction of a historical narrative of Paraíba by Paraíba's Historical and Geographical Institute from 1905 to 1909, a chronology has been structured for this state, and also a conception of what should be preserved, considered tangible heritage, and above all what should be registered.

Keywords: History of Paraíba. Historical Institutes. Heritage.

Apresentação

Quando procedemos nossa pesquisa, entre os anos de 1989 e 1993, sobre a historiografia paraibana, os únicos trabalhos existentes na Paraíba e sobre a historiografia paraibana, eram os de Cândido (1983) e Mello (1988)².

Apesar do choque inicial – foram reacendidas polêmicas que ressoavam na historiografia, mas que estabeleciam ligações com posicionamentos políticos – além de algumas pessoas nos abordarem dizendo tratar-se de um estudo interessante, mas que nós não podemos ignorar os *clássicos*.

Ora, o que nossa pesquisa e a Dissertação que dela resultou quis demonstrar era e é exatamente o inverso: não ignorá-los, mas conhecê-los, sem desconhecer, no entanto que **eles falam de um lugar**. É desse lugar social que se constrói um passado para a Paraíba. É essa Paraíba, construída como Estado, que dá referência para um povo. É esse povo, mitificado por essa História, que ainda reclama não conhecer a sua História.

* Professora Adjunta Doutora - Departamento de História - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes - Campus Universitário, s/n, Lagoa Nova, CEP: 59072-970, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: margaridahistoria@yahoo.com.br
Margarida Maria Dias de Oliveira

Para essa publicação estamos traduzindo o título original que é o lema que está inscrito no brasão do Município de João Pessoa. Consideramos bastante significativo se compararmos com a ideia construída pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, exposta no texto que se segue.

...E CRIOU-SE O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO...

A necessidade de formulação de uma história paraibana começou a ser veiculada nos jornais locais exatamente na passagem da Monarquia para a República. Apesar disso, só em 1905 a ideia de fundação do IHGP foi concretizada.

A partir de 1822, com a emancipação política brasileira, foi necessária uma história nacional, separada de Portugal, sem que isso significasse rupturas. O Brasil foi identificado como um continuador da “civilização” nos trópicos (este foi o sentido da confecção de uma identidade brasileira). Da mesma forma, com a proclamação da República e a reorganização do Estado não mais unitário, mas composto de unidades da federação, a criação de histórias locais teve sua necessidade justificada. Os Estados se uniam não imbuídos de uma igualdade (que, sabemos, nunca existiu), mas explicitando suas diferenças ou pelo menos suas especificidades, para, por meio delas, justificar seus poderes ou reclamar a falta deles, mas garantindo a ideia de unidade nacional.

Os fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, em linhas gerais, apresentavam grandes semelhanças com os fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Também tinham, como atividade principal, cargos públicos e/ou burocráticos. Com formação idêntica, construída, principalmente, nos bancos escolares do Liceu Paraibano e/ou na Faculdade de Direito de Recife, ocuparam cargos políticos chaves na política paraibana. Exerceram funções de presidentes, vice-presidentes do Estado, deputados, senadores, conselheiros municipais. Tiveram atuação importante na imprensa local como diretores, redatores, colaboradores dos principais jornais. Neles começaram a escrever o que, mais tarde, iriam qualificar como a história da Paraíba.

Os fundadores do IHGP colocaram-se a si próprios como marco histórico, construindo a única ruptura permitida nessa historiografia e a mais importante: **a passagem de uma Paraíba sem história para uma Paraíba com história e escrita pelos paraibanos.**

O que constatavam era a existência de uma crônica sobre a Paraíba, muito ligada a Pernambuco e ao Brasil. Não havia a história da Paraíba. A fundação do IHGP previa, além da organização das fontes e outras tarefas tidas como importantes, o objetivo maior de escrever a história da Paraíba. Quando a isso se adicionava o fato de ser escrita pelos próprios paraibanos, a relevância do objetivo era multiplicada.

Numa historiografia em que o “destino histórico” era muito utilizado, o do IHGP era escrever a história da Paraíba e, por meio dela mesma, e demonstrar a grandeza desse Estado.

Quando amanhã, na plena exuberância de uma vitalidade inexaurível, o Instituto Histórico, revestido das galas de repetidos triumphos, compulsar as chronicas apoucadas que ora lhe legamos, conhecerá bem a extensão do seu merecimento em ter feito sahir do nada o movimento perenne da grandeza parahibana. (CAVALCANTI, 1980, p. 90).

Grandeza das terras paraibanas e do tipo específico de homem que nelas encerra, grandeza do Instituto Histórico, grandeza da história paraibana.

Para construir essas imagens, o IHGP não poupou esforços “*A nossa Instituição está fadada a prestar os melhores serviços à nossa querida Parahyba, cuja história precisa ser bem conhecida*” (MAROJA, 1980, p.121).

A missão estava dada, a necessidade de “ser bem conhecida” deixava claro que o processo histórico paraibano ainda não era do domínio nem dos paraibanos de uma forma geral, nem dos intelectuais que viam a necessidade de conhecê-la.

O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano nasceu de uma Comissão formada para programar as comemorações do dia 07 de setembro de 1905. Dessa Comissão, participavam, entre outros, o próprio Presidente do Estado, Álvaro Machado, e o Bispo D. Adauto de Miranda Henriques. Uma subcomissão foi escolhida para elaborar o projeto de estatutos do IHGP constituída por Flávio Maroja, João Pereira de Castro Pinto, Manoel Tavares Cavalcanti, João Machado da Silva, João de Lyra Tavares, Francisco Coutinho de Lima e Moura e Irineu Ferreira Pinto. Projeto que foi aprovado em 12 de outubro de 1905, quando o Instituto Histórico foi definitivamente instalado.

Observa-se que o Instituto Histórico, desde sua criação, mantém uma ligação íntima com o Estado como favorecedor de toda a infraestrutura necessária para sua instalação e implementação dos seus objetivos. Favorecimentos concedidos desde o espaço físico até as subvenções mensais que lhe davam condições para o procedimento de todas as tarefas vinculadas à pesquisa histórica e geográfica, tais como visita a localidades, organização das fontes históricas e o mais importante, a publicação da Revista. Com isso, o Estado garante, até a fundação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ao IHGP a condição de único foco de produção da história paraibana.

Apesar do entusiasmo que o 1º Secretário do Instituto Histórico, Tavares Cavalcanti, procura nos transparecer, não foi o suficiente para que, no final do primeiro ano de existência, se destacasse uma produção significativa. Aliás, o fato é que, apesar de estarem no IHGP, os políticos, juristas, professores, profissionais liberais mais importantes do

Estado, ressentiam-se, tanto quanto o povo a quem eles queriam esclarecer, do desconhecimento da sua própria história:

Quando as associações se formam de especialistas em sua maioria, conhecedores exímios da matéria que o objectivo d'ellas deve-se esperar desde logo um resultado grandioso. No caso vertente, porem, sendo a historia da Parahyba em geral menos conhecida dos próprios filhos d'esta terra que a historia do resto do Brasil, a quasi totalidade dos sócios ressentia-se desta falta de conhecimentos. D'ahi não poderem acertar o caminho. (CAVALCANTI, 1980, p. 93)

Mais uma vez, o reforço da inexistência da história da Paraíba anterior ao IHGP. Mais que a inexistência, o desconhecimento da história. Organizar, catalogar, mapear as fontes que poderiam subsidiar a feitura dessa história passa, então, a ser tarefa primordial do IHGP.

A “falta de acertar o caminho” levou as primeiras revistas do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e, em especial, a número 1, publicada em 1909, a conterem um amplo espaço ocupado pelos muitos textos produzidos, às vezes, pelos próprios fundadores, nas suas militâncias nos jornais do final do século XIX. Esses textos também foram utilizados, é claro, pela importância fundamental no sentido de explicitar ideias que fazem parte do imaginário histórico construído pelo IHGP.

Algumas deliberações das reuniões ordinárias do IHGP são bastante significativas do estilo de história pensada e produzida. Escrever a história, catalogar as fontes, juntar todo material possível que servisse para glorificar o passado – era esse o sentido exato das iniciativas. Assim sendo, é bem exemplificador que o Instituto Histórico se empenhasse em requisitar os restos mortais de André Vidal de Negreiros, em adquirir os retratos de Duarte Gomes da Silveira e sua esposa, em descobrir o crânio de José Peregrino Xavier de Carvalho e em constituir uma comissão para elaborar um projeto de armas da Paraíba.³

A preocupação inicial, dado o desconhecimento da história paraibana, admitido pelo próprio Tavares Cavalcanti, fazia ser prioridade o cadastramento dos arquivos, o reconhecimento dos documentos, e a realização de escavações arqueológicas. Tudo isso com o objetivo principal de comprovar o processo histórico paraibano.

Nesse sentido, Francisco Coutinho de Lima e Moura, Irineu Ferreira Pinto e Ulrico Sontag tiveram, para o trabalho inicial do IHGP, uma importância fundamental. Foram responsáveis, respectivamente, pela busca de achados arqueológicos, transcrição de documentos considerados importantes e inéditos e abertura do arquivo do Mosteiro de São Bento.

Esses associados iniciaram um trabalho de preservação da memória que não tinha parâmetros no Estado, imersos numa concepção de que a eles caberia o trabalho de

catalogação das fontes e reconstituição do processo histórico, para depois, seus seguidores, na posteridade escreverem a história.

Organizavam as fontes históricas como se não houvesse nenhum direcionamento para os estudos posteriores. Como, por se tratarem de documentos, fossem completamente isentos de uma posição diante dos estudos históricos.

Esse início, porém, não foi fácil. E se, por vezes, o enaltecimento escondia as dificuldades, noutros, afloravam as lamentações da inexistência, em alguns associados e na sociedade em geral, da importância da história e das atividades do IHGP, “Não calarei o desgosto que a todos nós causa esse indifferentismo, esse desamor que se nota pela vida do Instituto Histórico e Geográfico Parahybano”. (MAROJA, 1980, p. 115).

Ou ainda:

Sabeis que é pequeno, reduzido, o número dos que consagram os seus dedicados esforços e actividade intellectual ao nosso grêmio; mas isto não provocou, como não provocará, em seu seio, o desanimo ameaçador, nem aluirá as solidas bases com está sendo elle alicerçado. (MAROJA, 1912, p. 418).

O caráter oficioso do IHGP foi que lhe deu, paulatinamente, o *status* de foco de produção historiográfica, transformando-o em o local da história paraibana.

Entre a preocupação de se engrandecer para se legitimar e reclamar nos momentos de maiores crises, o Instituto Histórico conseguiu cumprir a tarefa a que se propôs: escrever a história da Paraíba. Lançou, portanto, as bases da historiografia paraibana.

Tavares Cavalcanti, consciente do trabalho que fazia em 1906, dizia:

[...] verdadeiramente emocionado ao lembrar as phases da nossa vida social, em que, circundados de uma muralha glacial de indiferença, tivemos de formar um pequeno nucleo e de redobrar esforços e de amor a idéia para que não fenecesse, no momento quasi de nascer, este objectivo das nossas patrióticas aspirações. (CAVALCANTI, 1980, p. 89).

Essa instabilidade dos primeiros anos do IHGP tinha grande ligação com o vaivém da política oligárquica,⁴ seus interesses e o caráter de apêndice das congregações científicas em relação ao governo.

Apesar da visão do estudo do passado para contemplação, o IHGP via, nessa contemplação e aprendizado, lições para atuação no presente e no futuro.

Consideravam-se homens de ação, com atuação muito explícita e tarefas delimitadas na sociedade paraibana:

Somos um povo de patriotas, mas o nosso patriotismo dilatou-se tanto, subiu em excesso e quasi chegou a attingir o desinteresse pelas glórias locais cujos logares a cortezia permitiu que fossem ocupados por vultos estranhos. Por um instante recalcamos para o íntimo os nossos sentimentos de amor pelo passado, acantonamos o nosso civismo que, vencido na delongada espera modorrou, adormeceu. E para desperta-lo, para curar a lethargia do civismo parahybano, é que existe o Instituto Histórico e Geographico. A nossa historia, ou a historia da Parahyba não se limita a borolentas excavações, ella tem por fim mostrar o que fomos, o que somos e o que podemos ser. A nossa geographia não se resume na enumeração dos pontos cardeaes, nem nos accidentes do terreno, ella começa na formação das rochas e imiscue-se na formação e desenvolvimento da sociedade parahybana. Assim, este gremio não é o que parece a algum irreverente: uma corporação de múmias vivas que, abstrahindo o mundo, expontaneamente se amortalharam no sudário do passado. Não, meus illustres, senhores, aqui há uma sociedade que vive pelo pensamento e pela acção; há uma sociedade que vive e tem pretensões de ensinar a viver com probidade, gloria e patriotismo, tirando dos feitos dos seus antepassados dignos, as licções que nobilitarão os parahybanos do futuro. (MEDEIROS, 1912, p. 448).

A prática seria, segundo eles, em prol da Paraíba, esse ente acima das classes, acima dos interesses, criado pelo IHGP.

A história, a geografia, a arqueologia, cumpriam papéis ao demonstrar a grandeza paraibana e ao garantir sua preservação.

O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano começou a publicação de sua Revista em 1909. E os seis primeiros números, objetos deste texto, foram publicados em 1909, 1910, 1911, 1912, 1922, 1928, respectivamente. Com exceção do número 06, publicado em 1928 com recursos da entidade, todos os outros foram publicados pela gráfica oficial, inclusive justificando a ausência durante os dez anos, entre 1912 e 1922, pelas dificuldades financeiras por que passou o Estado e os necessários cortes no orçamento.

A Revista do IHGP tem formato de livro com uma média de duzentas e cinquenta páginas e composta por quatro seções: Crônica social, Os mortos do Instituto, Bibliografia e Atas das sessões.

Nas previsões dos Estatutos do IHGP, a Revista deveria servir para reproduzir documentos, os retratos de homens ilustres, de monumentos, paisagens e publicar as memórias, conferências e outros estudos.

A apresentação da Revista número 01 deixava claro que, indo além da concretização dos objetivos do Instituto Histórico, esse periódico carregava também toda a concepção de história, para que servia, como ela deveria ser analisada. Com esta concepção, fica clara a importância da Revista para o IHGP, tanto é que, em alguns pontos, confundem-se a Entidade e o periódico.

Dentro do projeto de formulação de história executado e veiculado pelo Instituto, coloca-se, de início, a necessidade de reunir pessoas para a recordação de fatos ou para

eternizá-los. Isolando o fato, caracterizando-o como digno de recordação, comemoração e, portanto, de sua inclusão na historiografia, fez-se um primeiro mapeamento do processo histórico paraibano.

E, se, por um instante, a afirmativa de reunir pessoas para recordação de fatos nos parece distante das “tradições científicas”, é suficiente lembrarmos que o IHGP tinha traçado um processo histórico para a Paraíba. Sua tarefa agora era comprová-lo e, concomitantemente à reunião da coleta de dados para tal objetivo, fazia parte dos rituais da entidade essa “rememoração” para glorificação dos fatos e personagens passados. Colher dados significava a oportunidade dos membros do IHGP juntarem mais subsídios para a história da Paraíba, como também comprovar os fatos já conhecidos.

Propunha-se, ainda, a ensinar o que seria o *métier* do historiador e sintetizavam essa tarefa como a de “desenvolver aptidões para o estudo do passado”.⁵

Dois outros objetivos colocavam-se como reforço a tarefas já listadas: contemplar os fatos ocorridos e investigar as origens históricas do paraibano.

Por fim, estudar a evolução etnológica do paraibano, estudar os limites do território do Estado e ser um local seguro para a guarda dos documentos históricos.

Numa perspectiva explícita de utilização do conhecimento histórico para justificar o domínio de um determinado espaço, a questão dos limites geográficos do Estado aparece não só como objetivo, mas como preocupação cada vez mais presente e revestida de uma “justiça histórica” que se pretendia fazer⁶.

A Revista do IHGP não se definia filiada a uma linha teórico-metodológica, apesar de, em alguns momentos, incorporar princípios claramente positivistas, como, por exemplo, o tratamento dado às fontes e aos documentos históricos ou que deveria lhes ser dispensado.

Podemos afirmar que a unidade se dava pelos objetivos da entidade e da Revista, os quais listamos anteriormente. Objetivos esses que, tanto da entidade quanto da Revista, confundiam-se também com metas práticas, outras vezes teóricas, mas também engendradas de uma prática.

Sem uma linha teórica definida, essa publicação atendia, como dito anteriormente, ao objetivo maior do IHGP que era a escrita da história da Paraíba, pelos paraibanos. Se podemos apontar preocupações em alguns conferencistas e/ou escritores ligados à escola positivista, em outros, é a crônica ou a reminiscência que podemos detectar. A união proporcionada em torno do IHGP se dava por interesses bem locais e de ação e não de caráter teórico-metodológico, ou, pelo menos, não era por esse caminho que se davam as divergências.

O fato é que os seis primeiros números da Revista do Instituto Histórico, publicados entre 1909 e 1928, demonstram uma fase específica pela qual passou a agremiação. De Margarida Maria Dias de Oliveira

definições da conjuntura política, econômica e social do Estado e, sobretudo, da construção da historiografia paraibana que deu base a todos os estudos históricos sobre a Paraíba, até a criação da UFPB. Também semelhante ao caminho percorrido pelo IHGB quando da formação da noção de independência, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano parecia ter a necessidade de “[...] pregar-se a república em plena república [...]”, no sentido não só de dar uma ligação específica com a Paraíba, mas também com o de legitimação.

Tanto quanto a necessidade de escrever a história, de guardar suas fontes e documentos, a preeminência de demonstrar a legitimidade do regime recém-instalado é bastante notória.

Nesse sentido, a partir do processo histórico paraibano, foi delineado um calendário cívico que inclui as datas de 05 de agosto de 1585, as lutas de resistências às invasões holandesas, a Revolução de 1817 e a proclamação da República, como se todas as datas anteriores fossem um caminhar para a última.

Para o IHGP, essas são as datas dignas de comemoração pelos paraibanos. As justificativas para isso estão na forma como foi estudada e tratada a história e seus agentes.

Vejamos, portanto, os principais temas tratados em conferências, estudos, documentos, publicados pela Revista, e as ideias que lhe são comuns.

1 Origens e constituição de uma nova sociedade: a paraibanidade

A base da historiografia sistematizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano teve como ideia central a existência de um tipo específico de ser humano que se define por ser paraibano, algo que chamaremos nesse trabalho de **paraibanidade**. Termo esparsamente utilizado pelos fundadores do IHGP, mas que é o grande definidor de todo pensamento criado pelo Instituto Histórico.

Essa paraibanidade pode ser definida como a identidade paraibana, criada pelo IHGP para conceituar uma personalidade específica, circunscrita pelo espaço tido como paraibano e formado por algumas características e valores que trabalhamos a seguir, proporcionados pelo processo histórico particular que foi tarefa do Instituto Histórico traçar.

O que se analisará agora são as características que formam a paraibanidade a partir dessa história paraibana.

A primeira característica marcante da história e do homem paraibano, que marca sua singularidade, é o início da sua própria história. Esse início foi marcado pela fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves. Sem negar que houvesse uma história anterior, mas estudando-a pelo seu espaço na “linha de evolução etnológica do paraibano” o que se criou junto com a cidade foi também uma “nova civilização”.

Essa “nova civilização” se diferenciou de toda a sociedade brasileira porque nasceu na paz. Não foram as lutas, e não foi o trucidamento da cultura indígena que proporcionaram esse novo espaço. Foram expedições portuguesas que tiveram muito trabalho em ocupá-lo, mas elas são descritas como os vários capítulos de uma epopeia, onde o final feliz foi o “convencimento”, traduzido no acordo com a parte “boa” dos indígenas, de que esse seria o melhor caminho para o que viria a ser a Paraíba.

A civilização desta terra não devia ser comprada a custo de sangue! Ella não tinha que se inundar ao berço com o purpurear rubro do generoso sangue de heroes anonymos. Todo aquelle que vimos derramar-se foi inútil para a obra da cultura intellectual, moral e material d'esta terra. Talvez assim já o tivesse comprehendido o nobre espírito de João Tavares e já elle tivesse um pensamento de paz e alliança com os selvagens quando lançou os fundamentos do núcleo colonial da Cambôa.

Como quer que fosse era para elle que estava reservada a gloria inelipsavel de lançar os alicerces d'esta construção que a nós e a nosso descendentes cabe completar – a Parahyba grande, forte, immorredoira!

O historiador Varnhagen atribue a alliança de Piragybe com colonisadores representados em João Tavares ao sentimento de vingança que no índio deviam despertar as offensas dos antigos alliados que attribuiaram a derrota a Tibiry a covardia do chefe.

Por mais que acatemos as opiniões abalisadas do inclyto ascriptor, não podemos deixar de contrariar este modo de pensar. Entendemos que esta alliança foi, como a que se deu em Pernambuco, uma consequência da inclinação natural dos tabajaras. Se ella não se realisou desde logo é porque faltaram, do lado dos portugueses um capitão com a necessária pendência e tacto para conseguir o acordo, do lado dos selvagens um chefe com o necessário prestigio para realiza-lo em nome de todos. O tratado de alliança e de amizade surgiu naturalmente na hora de rara felicidade histórica em que se acharam frente a frente João Tavares e Piragybe. (CAVALCANTI, 1980, p. 79-80).

Mais que um momento de paz, destoante do que acontecia em toda a sociedade brasileira que se formava, esse momento só foi possível graças às pessoas de João Tavares e Piragybe. A diplomacia de um e a inclinação à paz do outro possibilitaram o acordo que, em 05 de agosto de 1585, fez surgir uma nova cidade na então colônia portuguesa.

Tavares Cavalcante, na citação anterior, condensa algumas ideias caras ao IHGP. Primeiro, a colonização portuguesa é que trouxe a civilização⁷. Segundo João Tavares, quase como predestinado, fez do ato de ocupação do que viria a ser a Paraíba, um momento singular, nascido da paz. E, por fim, a ideia de uma “Parahyba grande, forte e immorredoira”. A tradição criada do passado de luta, de resistência, de inconformação com a ordem estabelecida inerente aos “paraibanos” e a aliança natural desse povo por compreender que se tratava do melhor resultado para a sociedade que surgia.

Nos relatos da conquista produzidos pelo IHGP, o sentido da ocupação é o de povoamento, de geração de riquezas. Ora, mesmo com o claro sentido estratégico-militar da Margarida Maria Dias de Oliveira

criação da Cidade de N. Sra. das Neves, daí sua fundação pela Metrópole, no ‘papel”, antes da efetiva ocupação, a singularidade da sua posição geográfica que garanta a segurança da capitania de Pernambuco, os historiadores do IHGP não a analisam dessa forma. Deixando de lado essa vinculação, desde o seu sentido inicial, com Pernambuco, comprometem-se as possíveis explicações posteriores sobre o isolamento da Cidade da Paraíba, os problemas do comércio entre o sertão e a cidade do Recife.

A tentativa de colocar a Paraíba em igualdade com Pernambuco começa nesses detalhes, que revelavam, sem dúvida, uma condição real de subordinação econômica que se iniciou com a ocupação do espaço territorial, no qual a Paraíba perdeu muito em possibilidades de desenvolvimento do comércio, visto que, geograficamente, o sertão paraibano comunicava-se com mais facilidade com Pernambuco, sobretudo com sua capital, do que com a capital paraibana. Se adicionarmos a isso os momentos de subordinação política institucionalizada, fica clara a necessidade de apartar na historiografia Paraíba/Pernambuco.

Portanto, a preocupação do Instituto Histórico em produzir uma história separada da de Pernambuco nasceu da necessidade de criar uma identidade paraibana. Enquanto aos interesses político-econômicos das elites, a partir do final do século XIX, competia a confecção de uma identidade nordestina, aos interesses políticos históricos locais cabia a composição de uma identidade paraibana. Nesse contexto, Castro Pinto defendia a 12 de outubro de 1905:

Sob essa accepção, entende que só temos uma história colonial, a do Brasil, encarando-se o evoluir conjuncto de todas as forças orgânicas do povo luzo americano a successão gradual dos factos decisivos da nacionalidade, constituída pelo crusamento das três raças elementares do povo brasileiro.

Mas, a luz desse mesmo critério, pode-se escrever, a parte, a história colonial de uma região onde se tenham manifestado originalmente ou com intensidade notável os factos precípuos dessa história.

Compreende-se desse modo, a História colonial de Pernambuco, tendo em vista a Guerra Holandesa, e os eventos que mais concorreram para a independência e para a República.

A Parahyba na America Portugueza, tendo sua chronica propriamente dita, para um volume, separadamente, ns chronica Geral da colônia, **não tem a sua historia, no sentido estricto do termo, fora da historia de Pernambuco** durante o longo período que decorre o povoamento a Independência.⁸.(PINTO,1980, p. 21, grifo nosso).

Mais uma vez, a necessidade da formulação de uma história da Paraíba apartada da de Pernambuco é apontada. Essa separação e a tentativa de igualar Paraíba e Pernambuco são constantes na produção historiográfica do IHGP.⁹

Nesse sentido e no da formação do homem específico segue-se um momento, que é semelhante à conquista, considerado muito importante, continuador dessa formação. Trata-

se da resistência dos “paraibanos” às invasões holandesas. Esse é o segundo período considerado peculiar por essa linha de tempo traçada para a Paraíba pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. É nesse momento que se dá, também, o segundo componente da personalidade paraibana: a bravura.

Na sua conferência sobre a Paraíba nos tempos coloniais, Castro Pinto dizia que:

A essa figura synpathica de letrado operoso, a se incorporar nas sucessivas expedições, deve-se o resultado auspicioso de **converter o estado de guerra exterminadora dos índios em um período franco de colonização progressiva, a ponto de ser a Parahyba, cinco lustres mais tarde, sob a imminencia da invasão hollandeza, um grande viveiro de soldados, entre os quais se recrutou o primeiro reforço enviado em socorro de Bahia**, sob o comando de Francisco Nunes Marinho. (PINTO,1980, p. 25, grifo nosso)

“Essa figura” a quem ele se refere é João Tavares, e a importância dada à Paraíba na resistência aos holandeses começa a ser explicada pelo recrutamento dos primeiros soldados para a Bahia. A ajuda concreta, colocando homens à disposição da resistência na Bahia, para o IHGP, conforme a fala de Castro Pinto, era prova do desenvolvimento, até bem pouco tempo, da cidade que só existia no papel, como também a importância da resistência que aqui se formou.

O período do domínio holandês, retratado pelo IHGP, serve também para acentuar a contraposição a Pernambuco, visto que é considerado como um momento de desenvolvimento econômico-social e cultural naquela capitania, sobretudo em Olinda e Recife, onde até as obras de infraestrutura na cidade servem para justificar como benesses do Estado holandês. À Paraíba ficou a resistência.

O mais importante: trata-se, para a construção da paraibanidade, de um componente essencial que é o sentimento de nacionalidade já demonstrado na resistência e nas lutas para a expulsão dos holandeses.

A victoria das armas batavas seria a maior das fatalidades para a nossa pátria.

Esta não é simplesmente a natureza esplendida, com a riqueza de sua flora e a extensão do paiz que o Amazonas e o Prata constituem geographicamente.

É o povo com as suas tendências; é o eu colectivo, com uma personalidade real e autônoma, que a fusão das nossas três raças básicas, através de certas modalidades características, define e acentua entre os mais povos do mundo. (PINTO,1980, p. 27, grifo nosso).

Segundo o IHGP, o que a invasão holandesa feriu foi o próprio sentimento de nação, já existente, e não apenas as riquezas materiais.

As referências sobre os anos entre 1634 a 1654 restringem-se, praticamente, ao litoral, produtor de açúcar e à cidade de Nossa Senhora das Neves. O início da interiorização, ainda no século XVII, e todo o século XVIII só foi tratado pelo IHGP muito genericamente. Quando há estudos mais específicos ficam por conta das fundações das cidades por todo o sertão que marca essa ocupação, mas de uma forma isolada.

Esses períodos, contados dessa forma pelo Instituto Histórico, colocam para a paraibanidade as características do caráter pacífico, mas associado à bravura, à intrepidez. Embora o republicanismo, originado no nascente nacionalismo, decantado a partir das invasões holandesas, seja pinçado, só historiando a Revolução de 1817, tomará forma acabada.

2 O destino histórico da Paraíba: a República

O processo histórico contínuo e constantemente pintado para a Paraíba pelo IHGP recebe seu toque final com um bloco que inclui a Revolução de 1817, os movimentos de 1824 e 1848 e a Proclamação da República. Não que sejam historiados em conjunto, mas fazem parte da inserção de novas e basilares características da paraibanidade.

Em meio a esse caminhar para a República, havia os anos de Império. Como explicar a Paraíba provincial?

Os historiadores paraibanos entre a “inclinação para a República” e as tentativas de não enfrentar com críticas severas o Império formado a partir de 1822, compõem uma explicação que enaltece ainda mais o já tão específico “homem paraibano”: “*Nesta phase augusta da vida nacional, a posição da Parahyba foi de retraído silêncio.*” (CAVALCANTI, 1980, p.41).

A explicação do IHGP para que o povo que se pronunciou em momentos tão importantes e justamente nesse, tenha se mantido calado, foi por este ser “[...] um solo fadado para a República”.

Daí que para os intelectuais do IHGP: “*A Parahyba não tivera, como na Bahia, o Rio e outras capitâneas do sul, a corroer-lhe o caráter cívico a corronper-lhe as virtudes democráticas, o aparato magestoso de reis ou de príncipes com seu fausto insolente e deprimentes cerimoniaes de beija-mão*” (CAVALCANTI, 1980, p.41).

Mais uma vez, mantendo sua integridade, a Paraíba não comungou com os mandos e desmandos do Império. A independência e o tipo de Estado Nacional que essa representava “foi coisa do sul”, não teve a participação paraibana, tampouco a Paraíba usufruiu de suas benesses.¹⁰

Para garantir a unidade do Estado Nacional, o IHGP é capaz até de relativizar a validade de um movimento separatista como 1824, sem negar, mesmo assim, o caráter revolucionário da Paraíba:

Se sondarmos a psychologia da revolução de 24, encontraremos uma feição eminentemente sympathica, que é a sobrevivência do espírito republicano nas plagas do norte, não suffocado pelos arminhos do manto imperial. Outro character torna-a antipatriótica; é o pensamento da separação de uma parte do Brasil, quando todo paiz, tendo attingido a independência, necessitava de unidade, synergia e convergência de todos os esforços para que não se malograsse esse factu culminate, e a evolução social prosequise calma e ininterrupta para facilitar o advento da República. Não merece sympathias nenhuma bandeira que tenha por lemma o fraccionamento da nossa grande pátria mas, nem por isso devemos deixar de fazer justiça a puresa de intenções dos intuitos patrióticos dos nossos antepassados de 1824, nem esquecer nomes que, pelo menos, são de uma geração de gigantes. (CAVALCANTI, 1980, p.43).

No tocante ao desenvolvimento, o período imperial aparece para a Paraíba de uma forma bastante positiva:

Do delineamento pallido, que precede, um resultado se deduz incontestável: é que, durante todo o regimen monarchico o progresso parahyano jamais deixou de se fazer sentir. Lento, constante, o objecto sempre procurado das preocupações de todos os parahyanos. (CAVALCANTI, 1980, p.54).

A distância imputada à Paraíba pelo IHGP em relação ao Império parece ser a mesma que os historiadores querem ter em relação ao assunto. Assim sendo, fazem críticas suaves, não direcionadas à pessoa do Imperador ou ao tipo de Estado, mas à Monarquia, de forma quase abstrata.

Mas esse é o principal período do século XIX, e os acontecimentos que dominam e predominam nas Revistas e nos vários tipos de estudos publicados (análise, transcrição de fontes, biografias) são a Revolução de 1817 e a Proclamação da República, com tratamentos diferenciados.

A Revolução de 1817 é matéria constante nas revistas do IHGP. Seja por meio de artigos historiando os acontecimentos desenrolados na Paraíba, seja pela transcrição de documentos, seja por intermédio de biografias dos seus personagens considerados mais ilustres. A peculiaridade de seu tratamento se dá exatamente por isso. Assim, a Revolução de 1817 é trabalhada na necessidade de demonstrar a separação de Pernambuco, que não havia sido uma Revolução pernambucana, não se chegando a chamar paraibana, mas a ideia veiculada de uma importância primordial da Paraíba, questiona ao máximo a preponderância de Pernambuco.

O caráter republicano da Revolução é tão explícito que para os historiadores do IHGP, o importante era contar em detalhes os fatos acontecidos no período revolucionário para demonstrar a importância da Paraíba nos acontecimentos, não carecia mais de apresentar republicanismo em 1817.

A Proclamação da República é retratada como a consumação desse caminho traçado pela Paraíba. O destino histórico havia se cumprido. A Paraíba havia contribuído fundamentalmente. A necessidade de defesa da República ainda em 1905, quando da fundação do IHGP é bastante clara, para isso valem todos os recursos possíveis no sentido de reconstituir os heróis que vinham desde André Vital de Negreiros, passavam por Peregrino de Carvalho, Maciel Pinheiro, Aristides Lobo e pelos fatos dos quais foram personagens, formando esse longo caminho histórico, para o qual, segundo o IHGP, a Paraíba caminhou sozinha.

Apesar da afirmativa do Barão de Abiahy, ainda em 1889, de que: “*Quando mesmo a República dominar em toda parte, a Parahyba estará firme ao lado do Throno*” (CAVALCANTI, 1980, p.51).

E dos relatos dos contemporâneos sobre os fatos ocorridos nos dias 15, 16 e 17 de novembro de 1889:

Sahi afim de tomar melhores informações sobre taes novidades: era tudo tão calmo! A noticia confirmava-se, mas sem despertar entusiasmo, ou curiosidade mesmo siquer!

Algum conhecido, que eu encontrava e comunicava o facto, respondia-se: ___Homem, dizem isto!... (REMINISCENCIAS DE COMO ESTABELECEU-SE O GOVERNO REPUBLICABO NA PARAHYBA DO NORTE, 1911, p. 148, grifo nosso)

O povo parecia entretanto receber a noticia, se não com indiferença, ao menos friamente. (Op. cit, 1911, p. 149).

[...] a anciedade por noticias do Rio crescia, e, digamos a verdade, ninguém queria se comprometter, em quanto não estivesse estabelecido definitivamente o governo republicano no Palácio de S. Christovão [...](Op. cit, 1911, p. 150).

Em outro texto, o autor, se referindo à observação de Aristides Lobo sobre o povo no Rio de Janeiro, sem consciência do que estava assistindo, quando do desfile de Deodoro da Fonseca e seu exército, disse que só não se applicava à Paraíba por não ter havido aqui nenhum desfile militar.

Apesar de todas essas evidências e de não ter havido nenhum Partido Republicano constituído na Paraíba, nem a existência de clubes republicanos, nem tampouco um jornal que reivindicasse para si o estatuto de órgão de defesa de ideias republicanas, os historiadores do IHGP tratam o 15 de novembro como a culminância da vocação republicana da Paraíba.

O Instituto Histórico deixa nas entrelinhas a ideia de que, na realidade, apesar da importância daquela data, mais contribuição deu à nação quem sempre trabalhou pela república, e nesse caso, a Paraíba foi, segundo eles, singular.

Recebido em: 10/4/2011

Aprovado em: 19/4/2011

NOTAS

1 Este texto foi escrito a partir da Dissertação de Mestrado intitulada “INTREPIDA AB ORIGINE” (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local 1905-1930), defendida em março de 1994 e que teve uma publicação (hoje esgotada) – que contou com a apresentação do Prof. Dr. Carlos Guilherme Mota –, com o mesmo título, em 1996, pela Almeida Gráfica e Editora.

2 Claro, que desde então muito já se produziu na Paraíba e sobre a historiografia paraibana. Contudo, gostaríamos de deixar registrado, como melhor exemplo: SÁ e MARIANO, 2003.

3 No decorrer do texto, o leitor verá deliberações ou afirmações de membros do Instituto Histórico, que demonstram a absorção pela entidade do clima intelectual da época. Dessa forma, princípios positivistas, sobretudo quanto ao tratamento de fontes, da relação do historiador com o objeto de estudo, etc. serão encontradas, como também de outras escolas, como, por exemplo, o evolucionismo.

4 Sobre a política oligárquica local, ver trabalhos de: RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. *A Gangorra do Poder* (Paraíba – 1889/1930). João Pessoa: Editora Universitária, 1989; _____, *A Revolta de Princesa. Poder privado x poder instituído*. São Paulo, Brasiliense, 1981; e GURJÃO, Eliete Queiroz. *Morte e Vida das Oligarquias*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

5 “Apresentação” in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Ano I, Vol. I, João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1980, Reedição.

6 A questão dos limites do Estado foi tratada pelo IHGP como uma usurpação dos outros Estados à Paraíba. Assunto polêmico que mereceu não só pronunciamentos, como também transcrições de artigos de jornais, publicações de fontes que procuravam comprovar a posse do Estado sobre determinada área e até ironias do Instituto sobre trabalhos técnicos encomendados pelo governador, como: “A qualquer pessoa que, no mappa, deitar um olhar à Parahyba, virá a lembrança de que esta se formou com as sobras do Rio Grande do Norte e as de Pernambuco”; ou “Já nos bastavam os grandes prejuízos que nos vieram dos crassos erros das anacrônicas cartas de outra ora, sem nenhuma base científica, cujos males hoje sentimos pela diminuição do território da região norte da Parahyba que se acha desfalcado de muitas léguas, incorporadas hoje ao Rio Grande do Norte, merecendo os nossos limites, por aquele lado, desde, já, um estudo de competentes, a fim de reivindicarmos o que nos pertence, provado exuberantemente por documentos inofismáveis”. Como dito anteriormente, o tratamento é sempre o da “justiça histórica” por se fazer à Paraíba.

7 Como para o IHGB, o Instituto Histórico imputa ao colonizador portar a civilização. Tanto no texto acima citado como em inúmeros publicados, dos quais o seguinte é uma amostra: “A mais sincera homenagem deve ser votada no dia de hoje à velha pátria portuguesa, cujas quinas trouxeram a estas plagas a civilização, e de cujos filhos herdamos a coragem, o heroísmo, a abnegação cavalheiresca, além das outras virtudes da sua raça, e a crença inalterável no catholicismo, um dos principais sustentáculos da unidade nacional”.

⁸ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Ano I, vol. I. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1980, Reedição, p. 19.

9 A necessidade dessa separação continuou presente no IHGP. Às vezes, de forma até hilária. Em 1971, num parecer sobre o hino oficial da Paraíba, a comissão formada para esse fim protestava: “Chega o deslize a ponto de em certo verso dar-se a primasia a Pernambuco. ‘Brava irmã do leão do Norte’”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Vol. 19. João Pessoa: Imprensa Universitária da Paraíba, 1971.

10 A abolição da escravidão também foi trabalhada pouquíssimas vezes. Embora usada para dignificar ainda mais a Paraíba, os historiadores silenciaram sobre a mão-de-obra escrava e, sobre

sua abolição, trataram como fato sem maiores consequências. “No tocante a abolição, cabe a Parahyba, a honra de não ter sido jamais um foco de reação anti-abolicionista. Ao contrario, se ella nunca se colocou na vanguarda do movimento emancipacionista, também jamais deixou de acompanhá-lo com passo firme e seguro”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Ano I, vol. I. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1980, Reedição, p. 52.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Manoel Tavares. Conferencia do Dr. Manoel Tavares Cavalcanti realizada no Instituto Historico e Geographico Parahybano, no dia 15 de novembro de 1905. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. João Pessoa, Ano I, Vol. I, Editora Universitária, UFPB, p. 39-54, Reedição, 1980.

CAVALCANTI, Manoel Tavares. Memoria da fundação da Parahyba, lida em sessão solemne commemorativa do Instituto Historico e Geographico Parahybano em 5 de agosto de 1906 pelo Dr. Manoel Tavares Cavalcanti. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. João Pessoa, Ano I, Vol. I, Editora Universitária, UFPB, p. 79-80, Reedição, 1980.

CAVALCANTI, Manoel Tavares. Resenha dos trabalhos scientificos do Instituto durante o anno social de 1905 á 1906, lida em sessão magna de 7 de setembro de 1906 pelo consocio 1º Secretario. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. João Pessoa, Ano I, Vol. 1, Editora Universitária, UFPB, p. 90-97, Reedição, 1980.

MAROJA, Flávio. Relatório apresentado pelo Dr. Flavio Marója, presidente do Instituto Historico e Geographico, na sessão magna de 7 de setembro de 1908. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. João Pessoa, Ano I, Vol. 1, Editora Universitária, UFPB, p. 115-122, Reedição, 1980.

MAROJA, Flávio. Relatório do Movimento do Instituto Historico e Geographico Parahybano no Anno Social de 1911 a 1912, apresentado em na sessão magna de 7 de setembro de 1912 pelo presidente Dr. Flavio Marója. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Parahyba do Norte, Vol. 4, Imprensa Official, p. 417-423, 1912.

MEDEIROS, Coriolano de. Elogio Biographico pronunciado pelo consocio Coriolano de Medeiros, em sessão solemne do Instituto Historico e Geographico Parahybano realizada em 9 de novembro de 1912, por ocasião de ser inaugurado no salão nobre, o retrato de Maciel Pinheiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Parahyba do Norte, Vol. 4, Imprensa Official, p. 447-452, 1912.

PINTO, Castro. Resumo da 1ª Conferencia do Instituto Histórico e Geográfico Parahybano, pelo orador official Dr. João Pinto Castro, a 12 de outubro de 1905. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. João Pessoa, Ano I, vol. I, Editora Universitária, UFPB, p. 21-38, Reedição, 1980.

REMINISCENCIAS DE COMO ESTABELECEU-SE O GOVERNO REPUBLICABO NA PARAHYBA DO NORTE. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Parahyba, Ano II, Vol. III, O Instituto, p. 147-151, 1911.

ABREVIÇÃO

RIHGP - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano